

O SINDISEP/RJ, Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro, nasceu no final de 2017 como uma resposta de setores insatisfeitos com o imobilismo do movimento sindical, a falta de ação política e o desrespeito a princípios democráticos, ao cenário de falência política, no qual alguns ditas lideranças demonstravam mais preocupação com o fim do imposto sindical do que o combate aos ataques aos serviço público.

Podem se filiar ao SINDISEP/RJ, o servidor público ou o pensionista deste sediado nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cabo Frio, Petrópolis e Teresópolis.

Sede: Rua das Marrecas, n.º 39, sala 502, Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20031-120, Brasil.

Telefones: (21) 2544.1043

Whatsapp: (21)9855.6.0262

É PRA LUTAR

Rio de Janeiro - 7ª Edição - 29 de Janeiro de 2019

BRUMADINHO E O MAR DE LAMA DAS PRIVATIZAÇÕES

Antes de mais nada, o Sindisep/RJ vêm prestar solidariedade de classe a todas as vítimas, diretas ou indiretas, de mais esse monstruoso crime ambiental, típico do modo de produção capitalista.

Dito isso, compartilhamos da crença de que o rompimento da barragem da Vale S/A em Brumadinho/MG é mais uma prova de que as privatizações não atendem as necessidades do povo, mas sim ao lucro dos especuladores. A Vale do Rio Doce, entregue à iniciativa privada a preço de banana, mudou de nome para Vale (perdendo, inclusive, e de maneira intencional, a sua identidade local) e entrou em uma fase de expansão lastreada em recursos públicos, promovendo o desrespeito ao meio ambiente e intensificando os ataques a lideranças de movimentos sociais, quilombolas e indígenas.

Visando a economizar alguns tostões, a Vale usou seu poder político e econômico para obter em dezembro de 2017, do secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Germano Luiz Gomes Vieira, o rebaixamento do risco da barragem que ruiu, com o argumento de que isso seria para "melhor se adequar à atual realidade". Não à toa, Germano, nomeado pelo petista Pimentel, foi mantido pelo "Novo" Romeu Zema, aliado de Bolsonaro, por sua "competência", ou seja, subserviência aos interesses do grande capital.

O mar de lama que engoliu Mariana em 2015 e agora devastou Brumadinho é resultante direta da política de privatizações que vem ocorrendo desde os anos 1990. Desde o momento que a empresa de mineração deixou de ser patrimônio do povo brasileiro, esta mudou totalmente o seu foco, passando a colocar a busca pelo lucro acima de todas as coisas, inclusive da vida de seus trabalhadores e das pessoas que habitam o seu entorno. Tanto o é assim que alguns economistas liberais, ao comentarem este crime ambiental, lamentam que a tragédia tenha prejudicado as ações da Vale... ou seja, a real preocupação dos empresários e do "mercado" está no bolso, no dinheiro que deixam de amealhar, e não com as centenas de pessoas assassinadas pela irresponsável aliança entre a Vale e o governo de MG, nos milhares de animais mortos, no impacto ambiental devastador, na contaminação de cursos d'água entre tantos danos causados.

É fundamental denunciarmos que não se trata de uma tragédia "natural", uma catástrofe "inevitável", tida como algo imprevisível e decorrente de forças ocultas ou mesmo do azar. Não! Trata-se de um crime ambiental cometido pela Vale para reduzir custos e aumentar os ganhos de seus acionistas. Trata-se do

assassinato de, talvez, centenas de pessoas em nome de um balanço contábil "artificialmente" positivo.

O governo comemora a prisão dos engenheiros responsáveis pela barragem, mas para os executivos da Vale, os verdadeiros tomadores de decisões, Bolsonaro e seus aliados reservam solidariedade e preocupação, em razão dos prejuízos que a empresa e investidores sofrer em razão das mortes de trabalhadores e população. Mudam os cenários, mas a realidade é sempre a mesma, os ricos se salvam e os trabalhadores pagam toda a conta.

Preocupada com sua imagem, a Vale tem tomado várias medidas em conjunto com o governo do Estado de Minas Gerais, entre elas restringir o acesso de voluntários, dificultado a atuação destes nas buscas, proibindo que filmem ou tirem fotos, e até mesmo dificultando o socorro a animais, tudo para reduzir a circulação de materiais e imagens que deem à população a total perspectiva e dimensão do crime ambiental que cometeram, de forma a proteger a reputação da empresa ante seus investidores.

Agora, para piorar, o governo Bolsonaro, se aproveita das mortes em Minas Gerais, para propor, na contramão da comoção nacional do momento, uma "reforma" da legislação ambiental, para "simplificar" os processos de licenciamento ambiental... a mesma simplificação que teve



como resultado o que se viu em Brumadinho. Com isso, Bolsonaro sinaliza, mais uma vez, com o esvaziamento das estruturas de fiscalização estatais e o início de um processo acelerado de concessões e privatizações, sem qualquer planejamento e debate com a sociedade, visando apenas a majoração do lucro privado com a desculpa falaciosa de economia de meio e recursos.

Por fim, afirmamos a necessidade de:

- ampla apuração dos fatos, com imediata reestatização da mineradora;
- prisão e multa sobre o patrimônio pessoal dos gestores privados e públicos envolvidos;
- fortalecimento das estruturas de fiscalização ambiental com a realização de concursos para servidores permanentes;
- cancelamento definitivo do programa de privatizações;
- indenização às comunidades atingidas;
- reparação às custas da Vale, da totalidade dos danos ambientais.